

Sindicatos cobram respostas da Petrobrás após greve de advertência



Dentro do cronograma de reuniões com a gestão da Petrobrás para tratar das reivindicações da categoria, levantadas na greve de 26 de março, aconteceu em 15 de abril a reunião sobre o Plano de Cargos. Diretores da FUP leram e explicaram todos os pontos da pauta unificada entre as federações, expondo não só os aspectos técnicos da proposta, como também enfatizando as consequências do desgaste acumulado após anos de desmonte promovido por gestões anteriores, caracterizadas por imposições unilaterais da empresa, como o controverso PCR.

Para Tezeu Bezerra, diretor da FUP e Sindipetro-NF, o PCR foi imposto aos trabalhadores sem diálogo, representando

uma ruptura com o espírito coletivo da empresa. A expectativa da categoria petroleira é que a Petrobrás apresente, ainda em 2025, uma proposta concreta de plano de cargos para todo o sistema, não limitada a um único CNPJ.

No dia 16/04, aconteceu a reunião que discutiu sobre a AMS. Foram tratados temas como custeio e sustentabilidade, melhoria do plano, estratificação do saldo devedor, retorno dos excluídos, procedimentos do novo Pasa, Benefício Farmácia, postos de atendimento e outras demandas. A FUP cobrou a distribuição do superávit do plano em 2024 e a negociação de um fundo de reserva.

Também no dia 16/04, em reunião com a Petro-

brás foram debatidas as pautas sobre Diversidade e combate à violência no trabalho. A Comissão de Diversidade da Petrobrás atendeu a um importante pleito da FUP e ampliou as medidas de acompanhamento às vítimas de violência doméstica e de gênero. A empresa anunciou que irá aprimorar o acompanhamento psicossocial e ampliar a divulgação dos canais de apoio e denúncia. A FUP celebrou a iniciativa como um avanço, mas afirmou que continuará vigilante para garantir que as ações sejam efetivamente implementadas nas unidades.

Na reunião sobre o acompanhamento do ACT e da PLR, em 17/04, os representantes dos trabalhadores cobraram da empresa a abertura de ne-

gociação para uma compensação financeira, reafirmando que a PLR é um direito conquistado e deve refletir os resultados da empresa. Os trabalhadores consideraram uma afronta a Petrobrás anunciar o pagamento de mais R\$ 9,1 bilhões de dividendos adicionais para os acionistas, enquanto reduz em 31% a PLR dos que construíram os resultados da empresa. Sindicatos também cobram solução para o pagamento proporcional da PLR 2019. “O eixo central da greve de advertência foi o resgate e o fortalecimento da negociação coletiva. A categoria exige o fim da enrolação da gestão Magda e propostas concretas”, afirma Guilherme Alves, coordenador-geral do Sindipetro/MG.

Grave acidente com feridos na plataforma PCH-1



O grave acidente na plataforma PCH-1, na Baía de Campos, ocorrido no dia 21/04, deixou 32 petroleiros feridos, — 7 estão hospitalizados, após sofrerem queimaduras e inalarem fumaça, sendo que 4 estão na UTI — e escancarou a falta de preparo da Petrobrás para emergências com múltiplos atingidos. A PCH-1 está em processo final de venda para a empresa britânica Perenco, após privatização e sucateamento durante o governo Bolsonaro.

O incêndio, causado por uma explosão às 7h20, durou quatro horas e provocou cenas de desespero, com rotas de fuga interditas e trabalhadores atravessando fumaça e chamas para escapar. Um deles caiu no mar e foi resgatado com queimaduras. A bordo estavam 176 pessoas. A previsão é de

que menos de 100 permaneçam na unidade.

O coordenador do Departamento de Saúde do Sindipetro-NF, Alexandre Vieira, criticou duramente a condução da resposta ao acidente. “A empresa não está preparada para esse tipo de situação. Vamos cobrar isso com firmeza”, afirmou em vídeo.

A FUP alerta para a urgência de uma política que assegure investimentos contínuos em manutenção, segurança e infraestrutura nas plataformas. “O que aconteceu em Cherne 1 poderia ter sido evitado. São vidas colocadas em risco por negligência e falta de planejamento. Não podemos permitir que a falta de investimento em manutenção e segurança faça com que as unidades sejam espaços de vulnerabilidade”, afirmou Sérgio Borges, diretor da FUP e do Sindipetro-NF.

Contratados tem novamente direitos desrespeitados

Trabalhadores estão sem receber o pagamento do vale-alimentação e o adiantamento salarial de abril

O Sindipetro/MG encaminhou à gestão da Refinaria Gabriel Passos (Regap), em Betim, denúncia contra a prestadora de serviços QWS Inspeções. Os trabalhadores estão sem receber o pagamento do vale alimentação e o adiantamento salarial no mês de abril/2025. “Essa é mais uma situação gravíssima de não pagamento ou atraso de verbas trabalhistas, reafirmando a máxima da atual gestão de empresas contratadas da Petrobrás, denunciada semanalmente pelo Sindicato em nossos boletins e já encaminhada ao Ministério do Trabalho”, constata Guilherme Alves, coordenador-geral do Sindipetro/MG.

Apesar das tentativas de melhorias na gestão de contratos pela gerência local da Petrobrás, os trabalhadores seguem recorrentemente tendo seus direitos desrespeitados pelas empresas contratadas. Um dos exemplos é a AXPR, que finalmente está sendo substituída

na Regap, mas que gerou problemas por meses aos seus empregados.

Um dos poucos avanços refere-se à exigência do plano de saúde e odontológico para trabalhadores e dependentes das empresas privadas nos contratos. Nesse aspecto, essa vitória dos trabalhadores contratados da Petrobrás em Minas Gerais já foi efetivada em grande parte das empresas. Entretanto, algumas delas ainda seguem sem solução, como é o caso da Green (Regap), que não efetivou a garantia do plano de saúde e odontológico para dependentes dos trabalhadores no atual contrato de prestação de serviços no Laboratório da Regap. Problema que se repete nos contratos da ESVJ (UTE Ibirité) e Vectra (UTE Ibirité).

O Sindipetro/MG exige que a promessa feita pela gestão da Petrobrás, desde o início do governo Lula, seja implementada para toda a categoria de trabalhadores contratados.